

BIBLIOGRAFIA

AGUINSKY, Beatriz Gershenson. et al. A introdução das práticas de Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça e nas políticas da infância e juventude em Porto Alegre: notas de um estudo longitudinal no monitoramento e avaliação do Projeto Justiça para o Século 21. Disponível em:
<http://www.justica21.org.br/interno.php?ativo=BIBLIOTECA&sub_ativo=RESUMO&artigo=270> Acesso em: 27.07.2010.

AZEVEDO, André Gomma de. O Componente de Mediação Vítima-Ofensor na Justiça Restaurativa: Uma Breve Apresentação de uma Inovação Epistemológica na Autocomposição Penal. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 135-162. Disponível em:
<http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão. São Paulo: RT, 1993.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei n. 7.006, de 10 de maio de 2006, que “propõe alterações no Decreto-Lei n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940, do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941, e da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, para facultar o uso de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais.” Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/393836.pdf>> Acesso em: 02.08.2010.

BRASIL. Código Penal. Vade Mecum. 9. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei n. 7.006, de 10 de maio de 2006, que “propõe alterações no Decreto-Lei n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940, do Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941, e da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, para facultar o uso de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais”. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/712142.pdf>> Acesso em: 02.08.2010.

BRASIL. Constituição Federal. Vade Mecum. 9. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Vade Mecum. 9. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995. Vade Mecum. 9. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Lei 12.403 de 4 de maio de 2011. Disponível em:
<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2011/lei-12403-4-maio-2011-610596-publicacaooriginal-132388-pl.html>> Acesso em: 02.10.2011.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. ed. rev. Brasília: SEDH/PR, 2010.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1.

FERRARI, Ana Terra Rosa. JUSTIÇA RESTAURATIVA: Um novo paradigma de Justiça Penal. Disponível em:
<http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/Artigo_AnaTerra.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FROESTAD, Jan. SHEARING, Clifford. Prática da Justiça - O Modelo Zwelethemba de Resolução de Conflitos. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 79-125. Disponível em:
<http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

GRECO, Rogério. Direito Penal do equilíbrio: uma visão minimalista do Direito Penal. 2. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2006.

INTERNACIONAL, I. Código de Processo Penal da Colômbia. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/mla/sp/col/sp_col-int-text-cpp-2005.html> Acesso em: 10.06.2011.

INTERNACIONAL, I. Constituição da Colômbia. Buscalegis, América do Norte, 09.03.2009. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/21401/20965>> Acesso em: 10.06.2011.

JACCOUD, Mylène. Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 163-186. Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

JESUS, Damásio E. de. Justiça Restaurativa no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 819, 30 set. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7359>> Acesso em: 20 de março de 2009.

La mediació Penal. Boletim Invesbreu, nº 25, maio de 2003. Disponível em: <http://www20.gencat.cat/docs/Adjudat/Documents/ARXIUS/doc_40332658_1.pdf> Acesso em: 20.07.2010.

MARSHALL, Chris. BOYACK, Jim. BOWEN, Helen. Como a Justiça Restaurativa assegura a boa prática Uma Abordagem Baseada em Valores. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 267-277. Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

MAXWELL, Gabrielle. A Justiça Restaurativa na Nova Zelândia. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 279-293. Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

MELO, Eduardo Resende. A Experiência em Justiça Restaurativa no Brasil: Um Novo Paradigma Avançando na Infância e Juventude. Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, ano IX, n. 51, ago./set. 2008, pp. 150-154.

MELO, Eduardo R; EDNIR, Madzar; YAZBEK, Vania Curi. Justiça Restaurativa e Comunitária em São Caetano do Sul. Aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.tj.sp.gov.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/JusticaRestaurativa/SaoCaetanoSul/Publicacoes/jr_sao-caetano_090209_bx.pdf> Acesso em: 27.07.2010.

MORRIS, Alisson. Criticando os Críticos Uma breve resposta aos críticos da Justiça Restaurativa. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 437-472. Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

ONU. Resolução do Conselho Econômico e Social nº 2002/12. Princípios Básicos para Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal, 2002. Tradução livre por Renato Sócrates Pinto. Disponível em: <http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/TRADUCAODARESO_LUCAODAONUSOBREJUSTICARESTAURATIVA.pdf> Acesso em: 20 de março de 2009.

ONU. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm#01>> Acesso em: 12.06.2010.

ORTEGAL, Leonardo. Justiça Restaurativa: um caminho alternativo para a resolução de conflitos. Revista de trabajo social y ciencias sociales, n. 50, 2008. Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/Artigo_LeonardoOrtegal.pdf> Acesso em: 28.07.2009.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. Justiça Restaurativa: da teoria à prática. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

_____. Justiça Restaurativa: Legislação e Experiências Espanholas. Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, ano IX, n. 51, ago./set. 2008, pp. 177-197.

PARKER, L. Lynette. Justiça Restaurativa: Um Veículo para a Reforma? In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas

Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 247-265. Disponível em:
<http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf>
Acesso em: 28.06.2009.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. A era da criminologia. Disponível em:
<http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/JR_aerada_criminologia.pdf>
Acesso em: 28.07.2009.

_____. Justiça Restaurativa um Novo Modelo de Justiça Criminal. Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/JR_umNovoModelo.pdf>
Acesso em: 28.07.2009.

_____. JUSTIÇA RESTAURATIVA É POSSÍVEL NO BRASIL? In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 19-39. Disponível em:
<http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf>
Acesso em: 28.06.2009.

_____. A construção da Justiça Restaurativa no Brasil. O Impacto no Sistema de Justiça Criminal. Jus Navegandi, Teresina, ano 11, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em:
<http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/construcao_justicarestaurativanobrasil2.pdf> Acesso em: 06.06.2010.

RAUPP, Mariana. BENEDETTI, Juliana Cardoso. A implementação da Justiça Restaurativa no Brasil: Uma Avaliação dos Programas de Justiça Restaurativa de São Caetano do Sul, Brasília e Porto Alegre. Revista Ultima Ratio. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, ano 1, pp. 9-11.

RIVABEM, Fernanda Schaefer. A dignidade da pessoa humana como valor-fonte do sistema constitucional brasileiro. Disponível em:
<<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/32504/31718>> Acesso em: 12.06.2010.

SANTOS, Andrea Alves dos. Críticas ao Processo Penal Consensual. Disponível em:
<http://www.lfg.com.br/artigos/Blog/AndreaAlvesDosSantos_CritProcPen_Consen.pdf> Acesso em: 02.08.2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.

SCURO NETO, Pedro. Modelo de justiça para o século XXI. Revista da EMARF. Rio de Janeiro: 2003. v.6. p. 215-232. Disponível em: <http://ijj.tj.rs.gov.br/ijj_site/docs/JUST_RESTAUR/PEDRO+SCURO+JUSTI%207A+XXI.PDF> Acesso em: 28.07.2009.

_____ Chances e entraves para a justiça restaurativa na América Latina. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; GOMES PINTO, R. S. (orgs.). Justiça Restaurativa (Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005: 225-244. Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/LivroJustca_restaurativa.pdf> Acesso em: 28.06.2009.

SILVA, Maria Coeli Nobre da. Justiça de proximidade (restorative justice): instrumento de proteção dos direitos humanos para a vítima. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUSA, Asiel Henrique de. Justiça Restaurativa: um novo foco sobre a justiça! Disponível em: <http://www.ibjr.justicarestaurativa.nom.br/pdfs/Artigo_Asiel.pdf> Acesso em: 28.07.2009.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.